

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REGIÃO DE TUBARÃO¹

Mariana Nunes Ferreira

Resumo: O presente estudo apresenta uma caracterização do trabalho docente na Educação Infantil das escolas públicas dos bairros Passagem e Recife da cidade de Tubarão/SC; e especificamente, o perfil sociocultural e econômico dos professores e a percepção que os professores têm sobre o seu trabalho. O estudo aponta certa precarização das condições de trabalho. Indica, também, que apesar das precárias condições de trabalho, os sujeitos pesquisados vislumbram a possibilidade de melhores condições de trabalho. Entendem que o trabalhar em condições desfavoráveis é incompatível para ter uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Trabalho Docente. Professor de Educação Infantil. Educação Infantil.

1 INTRODUÇÃO

Uma educação de qualidade é central no projeto de desenvolvimento de um país. Isto está articulado ao direito de todos os brasileiros a uma formação integral. Entretanto, percebemos que tal direito, constitucional, muitas vezes não sai dos discursos, explicitando uma distância entre o que está nos textos das políticas e o que se materializa nos contextos das escolas, sobretudo as públicas.

Atuar como professor para as crianças pequenas em creches e pré-escolas, segundo Alves (2006), é uma atividade que nem sempre foi reconhecida

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Sul de Santa Catarina, sob orientação da professora Daniela E. Monteiro Will, no segundo semestre de 2017.

como uma profissão que requer formação específica, condições de trabalho e remuneração digna. Aliás, a exigência de formação para o magistério é muito recente na história da educação infantil brasileira. Ainda segundo a autora, essa exigência foi introduzida a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Lei N. 9.394 de 1996, a qual definiu a educação infantil como primeira etapa da educação básica, um direito das crianças e dever do Estado.

Para Bertonceli e Martins (2016), a valorização ou precarização do trabalho docente compreende as relações de emprego, como o salário, as horas de planejamento e estudo, formação, número de alunos, carga horária, estrutura física, materiais didáticos e pedagógicos, regime de trabalho, rotatividade, saúde dos profissionais e outros aspectos concernentes ao trabalho docente.

Para Oliveira (2004), as questões salariais e de caráter profissional, aquelas atinentes à defesa dos direitos trabalhistas, ainda são as mais contundentes nas lutas e manifestações dos trabalhadores docentes.

Assim, realizamos uma pesquisa que muito nos interessou, haja vista a importância de temas que tratam da atual situação dos professores brasileiros, em especial de docentes que lecionam na educação infantil na região de Tubarão.

Escolhemos este tema, pois, sempre que se fala em educação de maneira geral, surgem vários problemas, entre eles está a estrutura da educação brasileira, desde as estruturas das escolas até as condições que os professores lecionam. Assim, compreender quem são os sujeitos docentes que atuam na educação infantil na região de Tubarão e com que condições estes educadores trabalham, se faz necessário para subsidiar políticas públicas educacionais que venham ao encontro de uma educação de qualidade social.

Para a melhor compreensão do objeto de estudo foram consultados trabalhos com o tema: Trabalho docente na educação infantil. Destacamos o trabalho realizado por Rodrigues e Oliveira (2017), com o título de “O trabalho docente na educação infantil em escolas rurais de Jataí - GO”.

Com esse entendimento, tivemos seguinte questão norteadora da pesquisa: Quem são os professores da Educação Infantil das escolas públicas

da Região de Tubarão e quais condições estão postas para a realização de seu trabalho? A partir do problema de pesquisa, os objetivos da pesquisa foram: Caracterizar o trabalho docente na Educação Infantil das escolas públicas dos bairros Passagem e Recife da cidade de Tubarão/SC. Conhecer o perfil sociocultural dos professores; Identificar as dificuldades enfrentadas pelo professor atuante na Educação infantil.

Nosso foco foi a investigação do trabalho docente em Educação Infantil, e quanto à classificação, o trabalho foi de caráter descritivo. Quanto ao critério de abordagem classificamos nossa pesquisa em Qualitativa-quantitativa. E do ponto de vista ao critério de procedimentos foi um levantamento.

Nosso trabalho teve os professores de Educação Infantil dos bairros Recife e Passagem como os sujeitos de nossa pesquisa. E os dados que coletamos se referem ao perfil sociocultural e econômico dos docentes: faixa etária, sexo, formação, remuneração, acesso a bens culturais, condições de trabalho, entre outros. Como também, teremos os testemunhos dos docentes sobre as dificuldades e possibilidades dessa etapa de educação básica.

Como instrumento de coleta de dados aplicamos um questionário para os professores de três Centros de Educação Infantil. Estes Centros de Educação Infantil ficam localizados nos bairros Recife e Passagem, na cidade de Tubarão/SC. A escolha por esses centros educacionais deveu-se ao fato de ter iniciado minha carreira profissional nesses locais.

Os dados coletados foram dispostos em tabelas e gráficos, onde evidenciamos os resultados obtidos com a pesquisa e concluindo uma caracterização dos professores da Educação Infantil da região citada.

Com os resultados de nosso estudo conseguimos entender como estão estruturadas as condições de trabalho dos professores de Educação Infantil e ter caracterizado quem são estes professores, e conseguimos destacar alguns aspectos sobre o que precisa ser melhorado na Educação Infantil, esperando sempre que nosso estudo sirva de base para novas pesquisas no assunto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao longo do tempo percebemos que a educação brasileira passou por constantes mudanças. Segundo Evangelista; Moraes e Shiroma (2004), o contexto escolar brasileiro ao longo das décadas de 1960 e 1970 se mostrou bastante estável com influência do tecnicismo e sob auspício do despotismo militar. A década de 1980 inicia com certo otimismo para a educação das crianças, adolescentes e jovens brasileiros, principalmente com a possibilidade de redemocratização do país. A abertura política, as lutas empreendidas pelo magistério e uma vasta produção intelectual marcam esse período. Passadas a inércia do período autocrático e as possibilidades que se abriam com a derrocada da ditadura, inicia-se um processo de mudanças no rumo escolar. A década de 1990 – principalmente a partir da segunda metade, com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN, lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996) – foi marcante para o cenário educacional brasileiro, haja vista, as reformas educacionais implementadas nesse período. Mudanças foram desencadeadas e incidiram, obviamente, sobre a universidade, a formação dos professores e o trabalho docente.

É consensual entre os que vislumbram possibilidades de mudanças na sociedade e na educação, que duas situações sejam substancialmente resolvidas: as más condições de trabalho docente e uma melhoria na formação de professores.

Segundo Medeiros (2014), na Constituição brasileira de 1988 está afirmado que a valorização do magistério é condição necessária para garantir o padrão de qualidade da educação pública brasileira.

Já a LDBEN (lei n. 9394/96) relata que é dever dos sistemas de ensino garantir ao magistério público planos de carreira com progressão funcional, relativos à titulação e ao desempenho docente. A distância entre os textos e os contextos se explicita, quando na materialização do trabalho docente se presencia a falta de condições de trabalho adequadas e um enorme descaso com o estatuto social, econômico e científico do professor (DOURADO; OLIVEIRA, 2009), acarretando a precarização do trabalho docente.

TRABALHO DOCENTE EM EDUCAÇÃO INFANTIL

Foi apenas na década de 90 que a formação docente passou a ser tratada realmente como “profissionalização” do professor, pois, até então, bastava possuir certo domínio sobre uma disciplina, para poder lecioná-la. E foi nesse momento que a educação infantil assume um lugar de preocupação no sistema educacional e, passa a ser entendida como primeira etapa da educação básica, de acordo com a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996).

A partir dessa mudança traçou-se um novo perfil para o professor, ser um profissional com habilidades e competências necessárias para atender o mercado, ou seja, a formação pedagógica de seus alunos (MANCIBO, 2007).

Ainda hoje, porém, muitas coisas desmotivam o trabalho docente podendo-se exemplificar a baixa remuneração, a desqualificação de vários professores e a desfragmentação paulatina desta profissão como a perda de reconhecimento de sua importância perante a sociedade, além disso, existe ainda o aumento discriminatório da carga de trabalho para aqueles que se dispõem a melhorar um pouco seu salário e um reflexo direto neste aumento de carga de trabalho é a precarização do ensino por parte do professor, pois, o mesmo fica sem tempo hábil de preparar uma aula de qualidade.

A Educação Infantil foi incorporada à Educação Básica em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 12.796, de 2013, a qual prevê em seu artigo 29:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 2013).

Em Santa Catarina, Batista (2013) descreve que os Jardins de Infância foram as primeiras instituições que emergiram no Estado com uma preocupação com o cuidado e educação das crianças pequenas. Tais iniciativas foram fomentadas numa perspectiva filantrópica, de cunho religioso (católico e

luterano), com vistas a uma educação que resguardasse a “natureza infantil” e preservasse as crianças das influências externas, preparando-as para a inserção futura na sociedade. A formação espiritual e moral dos pequenos respondia à urgência de uma nação “civilizada”, que exigia sujeitos obedientes, saudáveis e produtivos.

Para Nóvoa (1991), quando a função do professor de creche deixa de ser assistencialista e assume uma postura de educador, a escola nesse momento deixa de ser vista como depósito de crianças e passa a ser uma instituição voltada não só ao cuidado, mas ao educar e o brincar, como viabilizadora do desenvolvimento integral da criança, a qual é tida como ser histórico. Com isso, há necessidade de formação dos profissionais da Educação Infantil e melhorar suas condições de trabalho.

Segundo os dados do Censo escolar de 2016 (INEP), temos cerca de 49 milhões de alunos, em todas as etapas, no Brasil. Destes, 8.279.104 estão matriculados na Educação Infantil pública. Em Santa Catarina, temos 338.541 alunos na educação pública infantil e em Tubarão, cenário dessa pesquisa, temos 4.863 alunos.

E para atuar na educação infantil, o Brasil possui 540.567 professores. Em nosso estado temos 29.378 docentes e, em Tubarão, temos 516 professores que atuam na Educação Infantil. Sendo que 358 professores trabalham em instituições públicas administradas pela prefeitura Municipal de Tubarão.

Assim, é de suma importância pesquisas que revelem o atual cenário da educação pública brasileira, mais precisamente na Educação Infantil e seus professores. A intenção é, pois, contribuir com a discussão sobre a importância da busca constante de subsídios teóricos e práticos que ajudem a compreender o trabalho docente nessa etapa da educação básica. Esse estudo, portanto, pode se juntar a outros que visam a contribuir para a elaboração de políticas regulares que venham ao encontro de uma educação com qualidade.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para compreender quem são os professores de Educação Infantil na região de Tubarão, foram pesquisados, por meio de questionário, 35 professores de três Centros de Educação Infantil públicos.

Para caracterizar o perfil econômico e sociocultural dos professores, foram levantados dados como sexo, idade, tempo de atuação, formação, tipo de contratação, carga horária semanal, número de escolas em que atua, número de alunos em sua turma, carga horária semanal para planejamento, número livros lidos no último ano. Além disso, foram feitas perguntas abertas aos professores, a fim de melhor compreender como consideram seu trabalho docente na educação infantil.

Verificamos que faixa etária com mais incidência dos docentes pesquisados está entre 40 anos ou mais. De acordo com dados do Censo da Educação Básica 2016 realizado pelo INEP a faixa etária média dos docentes brasileiros é de 40 anos. Subentende-se com esta média de idade, que pode haver falta de professores jovens, isto pode ser consequência de um suposto desencanto em tornar-se professor e, também, pela escassez de concursos públicos para professores na região.

Tabela 1 – Faixa etária:

Até 20 anos	0 %
21 a 25 anos	17%
26 a 30 anos	22%
31 a 35 anos	11%
36 a 40 anos	22%
40 anos ou mais	28%

Fonte: Do autor, 2017.

Quanto ao gênero dos professores, todos os 35 sujeitos são mulheres.

Mesmo considerando que a maioria dos professores do Brasil é mulher, vale destacar isso se acentua quando olhamos o percentual de mulheres que leciona na primeira etapa da educação básica.

A maior parte dos professores pesquisados possui formação acadêmica em nível superior, sendo que 10 deles são graduados e 21 realizaram também pós-graduação *lato sensu*. Porém, devemos considerar que 11% dos docentes atuam sem a formação adequada. Um dado preocupante, pois a licenciatura é indispensável para atuar como professor, ao se apropriar de conhecimentos específicos, de conhecimentos educacionais e pedagógicos (KUENZER, 2011).

Tabela 2 – Formação:

Ensino Médio	11%
Ensino Superior	28%
Especialização	61%
Mestrado	0%
Doutorado	0%

Fonte: Do autor, 2017.

Mello (2000) infere que a formação dos professores é imprescindível para a qualidade da educação:

A melhoria qualitativa da profissionalização do professor da educação básica deve incluir ainda, além da formação inicial e da certificação de competências, mecanismos que priorizem a área de formação do docente nos programas de crédito educativo para estudantes, fomento de estudos e pesquisas, estudos pós-graduados no país e no exterior. (MELLO, 2000)

Os dados obtidos dos professores, apontaram maior incidência, no tempo de experiência, de 7 anos. Vale ressaltar que mesmo não sendo tão jovens, os professores possuem tempo significativo de experiência profissional. Podemos inferir que os professores ingressaram no ensino superior mais tarde ou demoraram para entrar no mercado de trabalho.

Tabela 4– Tempo de experiência como docente:

Até 3 anos	0%
4 a 7 anos	39%
8 a 11 anos	22%
12 a 15 anos	17%
Mais de 15 anos	22%

Fonte: Do autor, 2017.

Os sujeitos da pesquisa são, em grande parte, professores ACT's (Admissão em Caráter Temporário) ou celetistas. Esse dado é considerado um fator de precarização do trabalho docente. Segundo Medeiros (2014), o professor contratado em caráter temporário não possui a estabilidade em seu trabalho e não ingressa na carreira do magistério. Além disso, faz do professor um indivíduo que não possui uma identidade com uma determinada escola. Todavia, nota-se a falta de concursos públicos para o ingresso do professor, onde os professores pesquisados, em sua maioria, apesar de terem mais de 8 anos de experiência, ainda assim, não são efetivas.

Tabela 5– Tipo de contratação:

ACT	56%
Efetivo	22%
CLT	22%

Fonte: Do autor, 2017.

Tabela 6: Perfil do docente da educação Infantil do Brasil x perfil dos professores de 2016

	Idade (anos)	Sexo:		Tempo na Docência	Formação Acadêmica		
		Homens (%)	Mulheres (%)		Graduação	Pós-Graduação	Mestrado
Dados Obtidos pela pesquisa	39	0%	100%	7	28%	63%	0%
Dados Obtidos pelo INEP	35	2,34%	97,66%	16	63,17 %	26,2%	0,3%

Fonte: Elaborada pelo autor, 2017 e INEP, 2016

Os professores que responderam ao questionário trabalham em média 30 horas semanalmente na instituição pesquisada. E 45% tem carga horária total de trabalho semanal de 40 horas/aula. Este dado demonstra a extensão e a intensificação do trabalho docente, o que acarreta uma sobrecarga de trabalho, pois, o tempo restante da semana os professores trabalham para organizarem suas aulas, serviço extra que não é remunerado. Entretanto, a carga horária alta, gera uma melhor remuneração, que contribui para o conforto de sua família.

Tabela 7 – Carga horária na instituição pesquisada:

16 horas	0%
20 horas	10%
30 horas	45%
40 horas	45%

Fonte: Do autor, 2017.

No questionário os professores informaram que trabalham cerca de 4 horas semanais fora do âmbito escolar na preparação de suas aulas. Este tempo poderia ser substituído por lazer e atenção a sua família. Contudo, como os professores querem qualificar sua docência, eles sacrificam seu lazer e o de sua família. Destacamos que a jornada de trabalho se estende para além da carga horária semanal e o trabalho se intensifica, com o desafio de melhorar a aprendizagem de seus alunos.

Tabela 8 – Carga horária não remunerada ocupada semanalmente na preparação da docência

Até 2 horas	5%
3 a 4 horas	39%
5 a 6 horas	33%
Mais de 6 horas	23%

Fonte: Do autor, 2017.

A precarização se torna mais aguda com os salários recebidos pelos professores, pois a pauperização profissional significa empobrecimento da vida pessoal nas suas relações entre vida e trabalho, sobretudo no que tange ao acesso a bens culturais. A melhoria da educação básica exige condições de trabalho para os docentes que hoje não estão presentes nas escolas públicas (SAMPAIO; MARIN, 2004).

Tabela 9 – Número de instituições educacionais em que atua:

Uma	89%
Duas	11%
Três	0%

Fonte: Do autor, 2017.

O fato de a maioria deles lecionarem em uma única escola condiz com os dados retirados do INEP relacionado aos professores de todo país, onde na educação infantil (creche e pré-escola), mais de 80% dos docentes trabalham em apenas uma escola e atendem até duas turmas.

Além dos problemas enfrentados pelo professor, como a baixa remuneração, falta de recursos, desrespeito, o aspecto relacionado ao número de alunos em uma única sala de aula é mais um dos problemas enfrentados pelos professores da educação infantil. Observamos que os professores questionados em nossa pesquisa são responsáveis pela educação de cerca de 18 alunos por turma. Podemos inferir que o número excessivo de alunos pode contribuir com o surgimento de outros problemas, tais como: problemas de aprendizagem, pois, com a sala lotada o professor não consegue atender a todos com o mesmo desempenho.

Tabela 10 – Número de crianças, por turma, nesta instituição:

Até 10	0%
11 a 15	39%
16 a 20	50%
Mais de 20	11%

Fonte: Do autor, 2017.

Um dado que chama atenção, mostra que, dos professores pesquisados, quatro afirmaram desenvolver outra atividade remunerada além da docência. Podemos inferir que estes professores, para aumentar sua renda familiar, se veem obrigados a assumir outro trabalho.

Como o trabalho docente nas instituições de educação infantil pesquisadas é intensificado, a leitura é algo que não está muito presente na rotina dos professores. A maioria deles não leu ou leu pouco no último ano. Isso pode estar relacionado com a falta de tempo que os professores têm. Pois a profissão de docente exige um tempo fora da sala de aula para planejamento, confecção de materiais.

Tabela 11 – Número de livros lidos no último ano:

Nenhum	39%
Até 2 livros	39%
3 até 5 livros	5%
Mais de 5 livros	0%

Fonte: Do autor, 2017.

Mesmo submetido às condições de trabalho que podem ser consideradas inadequadas, os professores pesquisados não desejam deixar a docência. Porém, a precarização do trabalho docente gera um desencanto por parte destes professores sobre a sua profissão. Várias foram as falas destes professores sobre sua insatisfação em relação a sua carreira profissional, onde destaca-se:

Já tive vontade de abandonar a carreira, pois é muito desvalorizada e os desafios em sala de aula são grandes, as salas de aulas superlotadas e falta de apoio do governo faz com que nosso trabalho seja prejudicado. Porém, o amor pela profissão e pela educação fala mais alto.

As reclamações mais citadas pelos docentes tratavam da pouca remuneração, da excessiva carga horária e também da falta de reconhecimento de sua profissão, porém, mesmo com tudo isso, os docentes desejam continuar na profissão, como aponta a fala de um dos professores pesquisados:

Desejo melhores condições de trabalho e salário melhor. Redução no número de alunos por sala, mais participação da família na vida desses jovens, respeito pelo meu trabalho por parte dos governantes, pais e dos próprios colegas de trabalho, são coisas que melhorariam em muito o exercício da minha profissão. Pois é muito gratificante ver o sorriso das crianças, ver elas felizes desenvolvendo suas potencialidades. É a profissão mais linda de todas.

São muitos os desafios a serem enfrentados nesta longa caminhada pelos docentes. Destacamos uma grande distância entre os textos das políticas educacionais e sua materialização nas escolas. Reconhecem a necessidade de valorizar cada vez mais o docente e que tal valorização é condição necessária a uma educação de qualidade social, onde é o início para a formação de outras profissões e o bom desenvolvimento de nosso país.

3 CONCLUSÕES

A pesquisa apontou as dificuldades e os desafios a serem superados pelos docentes que vislumbram uma educação de qualidade.

A literatura visitada já apontava as dificuldades do trabalho docente nas escolas públicas brasileiras. Na produção bibliográfica, sobre os textos da reforma educacional e sobre os contextos por ela engendrados, identificou-se a precarização do trabalho docente. Os estudos mais recentes apontam para uma aguda precarização da remuneração, da carreira e da jornada de trabalho do professor que pode comprometer uma educação de qualidade social para todos.

Pode-se inferir que as políticas educativas instauradas no Brasil se articularam em torno do papel do Estado como propositor e avaliador e muito pouco provedor dos recursos necessários à uma educação forte em termos quantitativos e qualitativos. As políticas foram exitosas na ampliação do acesso à educação básica, mas a que custo para os docentes das escolas públicas?

O contraste dos dados com a literatura permitiu perceber manifestações da precarização da remuneração, da jornada e das condições do trabalho realizado pelo professor, fortemente imbricadas. O estudo sugere que a expansão quantitativa da educação básica gerou impacto sobre o professor que não dispõe das condições objetivas para dar conta das inúmeras demandas que chegam às escolas e às salas de aula.

Pode-se inferir que os professores pesquisados compõem um grupo muito singular e que foi bastante fragilizado pelas reformas. As precárias condições de trabalho continuam atuais e precisam ser compreendidas. A pesquisa sugere o descontentamento de muitos professores com relação à docência, porém, aponta possibilidades para melhorá-la. Nesse contexto, manifestam o desejo de que novas políticas educacionais sejam concebidas e implementadas para alterar o cenário adverso ao trabalho docente articulado a uma educação de qualidade social.

Assim, segundo Rodrigues e Oliveira (2017):

Entendemos que para o (a) trabalhador (a) da educação infantil possa desenvolver um bom trabalho com as crianças, proporcionando-lhes seu desenvolvimento integral em seus

aspectos físico, psicológico, intelectual e social; e promovendo a adequação necessária no caso da educação ofertada no meio rural (BRASIL, 1996), é fundamental que as instituições propiciem condições de trabalho, tanto objetivas quanto subjetivas, que vão de encontro as propostas da educação infantil. Ou seja, infraestrutura e espaços físicos adequados às crianças de até 5 anos de idade; salários dignos aos trabalhadores e condizentes com a carga horária; formação na área que atua. RODRIGUES E LIMA (2017).

Percebeu-se que os professores de educação infantil da região de Tubarão tem seu trabalho dificultado pelas políticas que não favorecem a valorização do professor. Onde seu trabalho tem um constante encantamento (por ensinar, mudar a sociedade), e desencantamento (Pelas condições de trabalho, desvalorização).

Nesse sentido, Alves (2006), aponta que as professoras querem que a sua docência seja reconhecida como trabalho qualificado, em sua concentricidade e especificidade e não como um trabalho abstrato, uniformizado e subordinado à sua dimensão quantitativa, subtraído de suas qualidades concretas e transformado em alienação.

Em sua pesquisa sobre a Educação Infantil em Santa Catarina na primeira metade do século XX, Batista (2013) discute que um aspecto observado nesta pesquisa refere-se à precariedade e instabilidade que caracterizaram o processo de constituição da Educação Infantil no estado de Santa Catarina, sendo que hoje, século XXI, percebemos que a educação, sobretudo, a valorização dos docentes, continuam precarizadas.

Tal compreensão sinaliza a necessidade de estudos que possam desvelar ainda mais que são os sujeitos docentes que lecionam na Educação Infantil e suas condições de trabalho. Esta colocação é condição necessária para que políticas públicas, que venham ao encontro das reais necessidades dos docentes e de uma educação de qualidade socialmente referenciada, possam ser concebidas.

REFERÊNCIAS

29ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2006, Caxambu, MG. Anais da ... Caxambu: Anped, 2006, p. 1-17.

BATISTA, Rosa. (2013). **A emergência da docência na educação infantil no estado de Santa Catarina: 1908-1949. 2013.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis.

BRASIL. **Censo escolar da educação básica.** Brasília: MEC/INEP, 2016.

_____. **Sinopse do professor da Educação Básica.** Brasília: MEC/Inep, 2016.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. Verbos intransitivos para uma política pública: formar, valorizar e profissionalizar. **Revista Retratos da Escola,** Brasília, v.2. n.2-3, p. 7-13, jan./dez. 2008.

GATTI, B. **Formação de Professores e carreira: problemas e movimentos de renovação.** 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.

GATTI, B.; BARRETO, E. S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília: Unesco, 2009.

HYPOLITO, A. M.; GARCIA, M. M. A. ; VIEIRA, J. S.. **As identidades docentes como fabricação da docência.** Educação e Pesquisa (USP), São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45-56, 2005.

MEDEIROS, GILVAN. **A valorização do professor do ensino médio em Santa Catarina e minas gerais: limites e possibilidades.** (DISSERTAÇÃO EM EDUCAÇÃO). UNISUL. TUBARÃO. 2014

MELLO, Guiomar Namó de. **Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical.** São Paulo em Perspectiva, v.14, n.1, São Paulo, p. 98-110, 2000.

NÓVOA, Antônio. Concepções e práticas da formação contínua de professores: **In: Nóvoa A. (org.). Formação contínua de professores: realidade e perspectivas.** Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127- 1144, 2004.

RODRIGUES, Vânia Ramos; OLIVEIRA, Laís Leni: “**O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ESCOLAS RURAIS DE JATAÍ**”. UFG. 2017.

SAMPAIO, M.; MARIN, A. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, set./dez. 2004.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 3. ed. Rio de Janeiro, 2004